

**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO BRASIL.** Pedro Ramos. São Paulo: Hucitec, 1999. 243 p.

Pedro Ramos autor de trabalhos que se preocupam com as relações entre o desenvolvimento brasileiro e a evolução da agropecuária no Brasil, ao estudar o processo de desenvolvimento e a ocupação da terra no nosso país, volta-se à análise da agroindústria canavieira, tendo em vista a propriedade fundiária, que segundo ele, ocupa grandes extensões de terras com baixos rendimentos, devido à manutenção da estrutura produtiva do engenho colonial, baseada na conservação do poder político e social dos usineiros.

Afirma que nos grandes complexos agroindustriais existe a necessidade de uma nova estruturação, isto é, a produção deve ser dividida em dois setores: agrícola e industrial, a exemplo do que ocorreu na área agropecuária, que passou a produzir insumos para o setor industrial e a adquirir da indústria todos os produtos necessários para o seu desenvolvimento, levando-o a uma dependência cada vez maior do setor industrial, que determina inclusive as suas atividades e o melhor aproveitamento das mesmas.

Os usineiros não agiram desta maneira. Ao contrário, continuaram plantando cana e produzindo açúcar, não ampliando o capital industrial que possuíam, mas operando de maneira conservadora, na medida em que continuaram aplicando em terra.

Assim, os produtores de açúcar atuavam como grandes proprietários de terras e não como empresários industriais, preservando suas atividades intactas, a partir das suas relações políticas, ou melhor, da manutenção do poder político que lhes era conferido deste o período colonial, prejudicando o desenvolvimento das

suas fábricas, na medida em que não permitiram o desenvolvimento dos engenhos centrais no Brasil, principalmente em Pernambuco.

No momento que isto aconteceu os industriais perderam a oportunidade de consolidarem as suas usinas, como já ocorria nos setores correlatos em outros países, que já haviam separado o capital industrial da terra, isto é, do controle da propriedade territorial.

A partir destas constatações, o autor procurou entender a relatividade das leis, dos preceitos econômicos e de como se estruturou a agroindústria canavieira no Brasil. E, também, porque a especialização não foi objeto de preocupação no setor açucareiro. Para entender estas questões Pedro Ramos fez uso da teoria marxista e lembrou a importância da interdisciplinaridade entre as ciências, quando afirma que a Economia é uma ciência social e que a “Economia Política é composta das relações entre a Economia, a Sociedade e o Estado”.

Citando *A Revolução Burguesa* de Florestan Fernandes o autor realça a importância da indústria açucareira no Brasil, que perdurou, como atividade econômica, por quase quatro séculos, não permitindo alterações na sua estrutura básica e orientando o padrão da civilização brasileira.

O autor também chama atenção para a interferência estatal ocorrida durante o processo de expansão da indústria açucareira no Brasil.

Entretanto, faz-se necessário salientar que esta interferência ocorreu a pedido dos próprios empresários, que, oportunisticamente, nas crises periódicas do setor solicitavam ao Estado que

interpusesse a sua autoridade para amenizá-las com financiamentos e favores governamentais, temperando, assim, o liberalismo oficial dos círculos empresariais, que produziam e comercializavam açúcar.

Também Pedro Ramos chama a nossa atenção para a poder político dos usineiros pernambucanos, que ao solicitarem ao Estado que determinasse os preços máximos para o açúcar, estavam tentando conter a expansão da produção açúcar no Brasil, principalmente no estado de São Paulo.

Mas, temos que lembrar que ao criar em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Governo Federal não apenas interveio na agroindústria canavieira no que diz respeito aos preços, como atendeu, em caráter contínuo e impessoal, não mais esporádico e pessoal, às constantes solicitações dos usineiros a favor dessa interferência. Assim sendo, o usineiro viu limitado o controle que exercia sobre a sua atividade produtiva, como também sua dominação política, social e econômica, passando a partilhá-la com o Estado.

Desta maneira, além de fixar os preços, o IAA passou a determinar quotas de produção para as usinas e financiou a produção de açúcar e álcool no Brasil – diminuindo a tensão na luta entre fornecedores de cana e usineiros, ao menos temporariamente.

A oligarquia açucareira logo começou a sentir o peso da interferência estatal e a discordar dos reflexos da limitação das safras. Os paulistas, no primeiro momento, “compreenderam ser preferível colaborar com o órgão intervencionista do que ser a indústria açucareira indeterminadamente sacudida por crises de preços”. Mas, logo perceberam que poderiam crescer, apesar da limitação, se beneficiando da necessidade de abastecimento do mercado interno, da produção em pequena escala e do capital acumulado a partir do comércio externo cafeeiro, permitindo-nos entender o papel dos italianos nesse processo de crescimento das usinas de açúcar no estado de São Paulo, que foram paulatinamente incorporando as terras disponíveis.

E foram justamente as razões salientadas acima que levaram Pedro Ramos a atrelar o desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil à propriedade fundiária, porque segundo ele, “o usineiro no Brasil é, antes de tudo, um proprietário fundiário. Portanto, nunca houve - e não há - contradição entre a produção industrial e a produção agrícola no caso; mais ainda, entre a propriedade industrial e a propriedade fundiária.”

Ainda, segundo o autor, o seu trabalho não discute a interferência do “espírito empresarial” na formação e desenvolvimento do setor açucareiro no Brasil, limitando-se a explicar a relação da propriedade fundiária com a usina açucareira.

Entretanto, sabemos que não podemos dissociar a figura do usineiro da propriedade fundiária e do desenvolvimento da indústria no país, visto que ela começou pelo setor agrícola e com o senhor-de-engenho, que se desdobrou em bangüezeiro, ou fornecedor de cana própria e fornecedor rendeiro, por um lado; e por outro em usineiro. O senhor-de-engenho capitalizado transformou-se em bangüezeiro e o não capitalizado em fornecedor de cana própria para a usina. Já o fornecedor rendeiro, na sua maioria, teve sua origem nos lavradores de cana, figura que remonta ao período colonial.

A emergência da usina e a especialização que ela acarretava provocaram, necessariamente, uma reorganização das camadas sociais que participavam diretamente da produção açucareira, em Pernambuco, e da cafeeira, em São Paulo.

Razão pela qual, não podemos deixar de analisar a mentalidade do proprietário de terra na constituição da indústria de açúcar no Brasil e não podemos deixar de chamar atenção para o fracasso dos engenhos centrais.

O engenho central dividia a produção açucareira em agrícola e industrial, motivo pelo qual não teve sucesso, em Pernambuco. Principalmente, porque os proprietários de terra não se submeteram à dependência que lhes pretendia ser imposta, transformando-os em simples fornecedores de cana.

O autor dividiu a sua tese em três capítulos. No primeiro, denominado *as contradições da modernização conservadora*, estudou a partir das raízes históricas da produção açucareira até 1870 - como já fez Peter Eisenberg em relação ao Estado de Pernambuco, no seu livro *Modernização sem Mudança* - as contradições ocorridas durante o processo de transição do engenho colonial para bangüê, engenho central e usina.

Segundo Pedro Ramos a ocupação econômica do Brasil se deu inicialmente com uma produção de caráter eminentemente mercantil. Assim, a economia brasileira estruturou-se a partir da cultura da cana de açúcar aqui implantada com a intenção de abastecer o mercado externo.

Para produzir açúcar Portugal estabeleceu os latifúndios, porque o engenho colonial precisava de grandes quantidades de terras para plantar cana e, portanto, fabricar açúcar. Além disto, a unidade produtora necessitava de lenha e madeira, insumos fundamentais para o setor.

A mão de obra utilizada foi a escrava, que segundo Gorender foi o elemento determinante da produção colonial e não a propriedade da terra.

Por fim, o último elemento que compôs a produção canavieira foi a monocultura devido ao exclusivismo colonial, que não admitia a dispersão da aplicação do capital, que segundo Celso Furtado deu origem aos ciclos econômicos regionais no Brasil. Estes são para Celso Furtado três: de 1530 a 1650, com base na exportação de açúcar; de 1700 a 1780, marcado pela extração de ouro; 1840 a 1930, produção de café.

Mas, apesar do exclusivismo colonial a economia açucareira gerou atividades complementares de apoio à ela, como por exemplo os laços de dependência que prendiam os senhores de engenho aos "lavradores de cana obrigado".

Além dos plantadores de cana surgiram também os comerciantes de açúcar, conhecidos como comissários, que vendiam aos proprietários de terras e escravos, os bens de produção e os

bens de consumo, comprando em troca a produção dos senhores de engenho.

A partir daí as relações vão se tornando complexas e os laços de dependência firmados. Inclusive, muitos senhores-de-engenho durante o processo de transição de engenho colonial, para bangüê, engenho central e usina, perderam suas unidades produtoras para os comissários, em virtude de não terem conseguido quitar as suas dívidas.

Além do poder econômico - social os proprietários de terras, a vida política, também, tinha à sua frente os senhores de engenho. Mesmo com o advento da República as estruturas do poder pouco se alteram. A figura do chefe político do interior continuou dominando sobranceiramente o cenário político do Brasil. Dono da terra, ele era também o dono do poder. Por exemplo: a Zona da Mata pernambucana permaneceu representativa como antes, no cenário político. O poder local dos senhores de açúcar não era contestado pelas eleições baseadas na fraude. A vitória era determinada previamente pelo candidato da situação, apoiado pelo mandonismo local e pelo governo estadual, que dirigia as eleições e manipulava os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais.

Pedro Ramos neste capítulo escreveu dois sub-capítulos denominados de: a situação vigente em Pernambuco e as condições de São Paulo, onde ele faz rapidamente uma análise da situação da indústria açucareira no estado de Pernambuco e de São Paulo, incluindo a Bahia, ao falar de Pernambuco.

Ressalta a importância do estado de Pernambuco, no século XIX, como produtor de açúcar no Brasil, justificando-a a partir do surgimento da fundição aurora que concertava e fabricava peças para os engenhos nordestinos.

Ao se referir a Bahia, o autor em pauta, utiliza o trabalho da historiadora Vera Lucia do Amaral Ferlini para analisar o comportamento dos preços do açúcar exportados pela região ao longo do período colonial, que o leva a indagar: por que com um preço apresentando tendência à queda a longo prazo, surgem novos produtores?

Por que Pernambuco expandira sua produção, até se tornar a principal região açucareira no século XIX?

Concluiu, baseando-se em Jacob Gorender, que a economia colonial ainda não havia descoberto uma outra atividade que pudesse substituir a do açúcar.

Fala rapidamente sobre o processo técnico utilizado na produção industrial do açúcar e sua evolução. Para tal cita Peter Eisenberg e Alice Canabrava. Ressalta que a alterações técnicas ocorrida no setor antes de 1870 foi pequena, em função da permanência em Pernambuco de terra e mão de obra barata. Também, ressalta a instabilidade do mercado e os custos para explicar as dificuldades de modernização.

Entretanto, não podemos esquecer que numa tentativa de solucionar os problemas do setor açucareiro, isto é, tornar o açúcar do Brasil competitivo nos mercados externos, barateando os custos da produção. Foi assinado, em 1879, contrato com o governo imperial, que insistia na implantação dos engenhos centrais como resolução para os problemas do açúcar. Outro contrato foi assinado com a Companhia Five Lille e o engenheiro Antonio Luiz da Cunha Bittencourt, para montar uma dessas fábricas, na Comarca do Cabo. Tal contrato, a exemplo de outros que o seguiram, também não foi cumprido.

Enquanto isso, os preços do açúcar continuaram a cair por toda a década de 70, desmoralizando nas duas últimas décadas do século XIX, levando o governo a dividir as províncias brasileiras em distritos, através do Decreto nº 8 357. Além de dividir as províncias, o decreto garantia juros (dividendos) módicos às empresas que montassem uma unidade fabril (engenho central). Esta seria uma empresa sob o estímulo estatal, construída por firmas européias e financiadas pelo Governo Imperial.

Acirraram-se os conflitos entre governo e açucarocracia, já que a finalidade do engenho central era separar a atividade agrícola da industrial e utilizar mão-de-obra livre, excluindo o proprietário da terra do setor fabril, gerando um conflito social na luta pela manutenção do poder.

As leis e decretos promulgados, sucessivamente, em favor do engenho central não levaram em conta essa realidade: o poder social cristalizado durante séculos. Os produtores de açúcar, proprietários de terra e escravos não se submeteram à dependência que lhes era imposta, transformando senhores de engenho em meros fornecedores de cana.

Assim, os engenhos centrais que se propunham amenizar as questões do açúcar no Brasil, no caso de Pernambuco, acirraram os conflitos entre os produtores de açúcar, o governo e os fornecedores de cana.

O resenhado ressalta que os engenhos foram introduzidos primeiramente em São Paulo e que em virtude das condições geográficas, migraram para o litoral do Nordeste, que além de ser uma região adequada, estava mais próxima da Corte, o que facilitava o transporte do açúcar.

Entretanto, em meados do século XIX o açúcar volta a ser produzido em São Paulo, em função do fim do ciclo do ouro e da demanda européia.

Em seguida Pedro Ramos faz uma síntese o livro *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, da Maria Teresa Shoreer Petrone, que faz uma análise do produto entre os anos de 1765 e 1851 e dos *Homens Esquecidos*, de Peter Eisenberg. Também, chama atenção para a importância das fazendas mistas, que se instalaram em São Paulo com o advento da cultura cafeeira, que no nosso entender geraram capital, permitindo o crescimento da produção do açúcar no estado de São Paulo e explica o relativo sucesso dos engenhos centrais nesta mesma região.

Com o advento da República, o governo federal tentou manter a política dos engenhos centrais. Mas só por poucos meses, pois os produtores do setor entenderam que a solução não estava na separação da parte agrícola da unidade industrial.

Implantou-se o sistema usineiro, isto é, foi abolida a divisão entre o setor industrial e agrícola. Desta forma, como disse Pedro Ramos: a economia brasileira ingressaria no período republicano mantendo intacta a estrutura de

dominação vigente no período colonial. No entanto o acesso à terra em nada se alterou, tendo, pelo contrário, sido reforçados os obstáculos. A terra nunca poderia ser uma coisa pública.

Razão pela qual, no estado de Pernambuco a transição do trabalho escravo para livre pode ser feita com tranqüilidade, isto é, sem rupturas e descontinuidade. Mas, em São Paulo a situação era diferente, porque as fazendas mistas possibilitaram um desenvolvimento agrícola até então nunca ocorrido, gerando recursos que possibilitaram a constituição de novas atividades nos setores secundários e terciários, no período em discussão.

Por outro lado, este crescimento trouxe o problema de mão-de-obra para o trabalho, que foi solucionado com a imigração em massa de trabalhadores europeus, subvencionada pelo Estado.

O imigrante veio para trabalhar durante um determinado período nas fazendas de café até adquirir o capital necessário para comprar terras. No momento em que estes tiveram acesso à propriedade fundiária, adentraram no círculo restrito dos proprietários de terra, dos engenhos e das usinas, contribuindo para o crescimento da produção açucareira no estado de São Paulo.

No segundo capítulo denominado *A intervenção estatal e a expansão do latifúndio canavieiro* o autor afirma que devido as crises periódicas do setor o Estado interfere com a intenção de ameniza-las com os financiamentos e contornar os conflitos entre as classes envolvidas na agroindústria canavieira.

O economista Pedro Ramos chama atenção para a crise que ocorreu em 1929/30 no estado de Pernambuco, potencializada por uma superprodução, que culminou na implantação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em primeiro de junho de 1933. O órgão nasceu da fusão da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar e da Comissão de Estudos sobre Alcool Motor. Neste momento o Governo Federal passou a assumir poderes ainda mais amplos para intervir na economia canavieira em todo o País.

Os objetivos fundamentais do IAA consistiam no controle do volume da produção de açúcar, mediante um sistema de quotas e a reciclagem sob forma de álcool fabricado com o excesso das referidas quotas.

É importante ressaltarmos que com o IAA, o complexo canavieiro paulista que vinha crescendo num ritmo bastante acelerado desde 1920, quando São Paulo possuía 12 usinas, passou em 1930 para 20 e em 1940 para 36 fábricas de açúcar, sobrepujando a produção pernambucana.

Razão pela qual, entre outras, o Governo Federal promulgou o Estatuto da Lavoura Canavieira, em 1941, numa tentativa de estabilizar o mercado interno e frear a concentração fundiária que vinha ocorrendo em São Paulo devido a manutenção dos preços do açúcar e o contingenciamento da produção.

Mas, a II Guerra Mundial altera o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, principalmente, em função do transporte do açúcar de Pernambuco para São Paulo que era feito pelo mar. São Paulo passou a enfrentar o problema do desabastecimento e o IAA foi obrigado a autorizar a montagem de novas usinas e liberar as quotas, dando permissão para que produtores de menor porte e pessoas de outros setores adentrassem no açucareiro. A exemplo dos Dedinis e dos Omettos.

Ao nosso ver, ao mesmo tempo que a intervenção estatal corroborou para a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada em Pernambuco e São Paulo, abriu espaço para uma troca de mãos, conservando integradas as atividades agrícola e industrial.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, denominado *A modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais*, Pedro Ramos, através da integração das atividades agrícola e industrial explica o processo de modernização da agricultura brasileira e a constituição dos nossos complexos agroindustriais canavieiros, mostrando-nos como estes últimos se constituíram e se mantiveram interligados, apesar das tentativas do Estado de separa-los,

visando a otimização dos mesmos e a especialização.

Neste setor, portanto, o princípio da especialização jamais chegou a acontecer na agroindústria canavieira no Brasil, o que permitiria a diminuição dos custos e o abrandamento dos riscos do negócio. No caso das usinas de açúcar este segundo aspecto foi sanado com a interferência estatal, principalmente a partir de 1930, que também acabou se tornando estrutural.

Devemos salientar que, a especialização permitiu a diversificação, que ocorreu quase sempre a posteriori, e, para esclarecer o que estamos evidenciando, Pedro Ramos, aproveitou estudos, realizados por especialistas, de outros setores da nossa economia, como os dos complexos agroindustriais de laranja e soja.

Como já sabemos a modernização da agricultura brasileira teve início praticamente após a II Guerra Mundial, quando o país *começou a utilizar em maiores quantidades os equipamentos mecânicos e os produtos da indústria química*. Mas, só a partir da década de 60 é que o uso destes recursos passaram a ter uso corrente, inclusive no setor agropecuário, e a depender bem menos dos fenômenos da natureza.

O resenhado comparou a evolução da indústria açucareira no Brasil com outros setores da produção agroindustrial, a partir de estudos de outros autores e afirmou que a modernização da agricultura brasileira é um fenômeno que se fez presente a partir do pós-guerra, porque foi neste momento que se começou a utilizar em maior quantidade equipamentos mecânicos. Mas, só em 1960 é que foram instaladas no país um maior número de indústrias de transformação, permitindo que as fabricas dependessem menos das chamadas condições naturais para a obtenção de seus bens.

No final dos anos 60, a renovação das estruturas de dominação já estava feita e, com base nisso, o crédito estatal subsidiado pôde

alavancar a modernização conservadora da agropecuária brasileira.

No período pós-1965 ocorreu uma intensificação da base técnica da produção agrícola brasileira, que passou a se caracterizar pela mecanização das atividades produtivas e pelo crescente uso de insumos modernos.

Devido as colocação acima Pedro Ramos buscou informações e evidências que permitissem a ele fazer uma comparação entre o que ocorreu na indústria canavieira e nos demais setores agroindústrias, no tocante as relações de tecnificação/capitalização, enfim das estratégias de sobrevivência e também de reprodução de pequena produção agrícola.

Concluiu que a pequena propriedade desempenhou um papel bastante importante e que o problema fundamental era compreender como se deu o processo de preservação e integração dessas diminutas terras produtivas no sistema produtivo vigente, principalmente com os complexos agroindustriais.

A preservação dos pequenos produtores dependeu, em primeiro lugar, da sua capacidade de resistência – ou seja, do poder de barganha diante dos capitais que interagem. Em suma, depende de lutas políticas face ao processo concentracionista.

O autor estava preocupado em examinar a estrutura produtiva agrícola e industrial no nosso país. Analisou o complexo da laranja e soja, limitando-se ao estudo ao estado paulista, sem deixar de mencionar, reconhecer as diferenças existentes nos outros estados.

Examinando o complexo agroindustrial citrícola em São Paulo concluiu que ele guardava um grande contraste do setor agroaçucareiro, que era marcado pela predominância de elementos socioeconômicos e políticos internos. Ao contrário foi a integração dos elementos internos com os externos que possibilitou o surgimento da agroindústria citrícola no Estado de São Paulo.

A cada safra estabeleciam-se negociações entre os citricultores e a indústria processadora em torno dos preços a serem pagos por esta pela matéria-prima, que se constituía no principal componente dos custos do processamento, e cujo referencial é o preço alcançado no mercado externo.

Depois de analisar o complexo citrícola, volta-se para o complexo agroindustrial da soja no Brasil, aqui introduzida em 1908, como cultura marginal, porque foi utilizada inicialmente como adubo verde ou forragem, depois como alimento para os porcos, no sul do país.

Só a partir da década de 1930 é que a cultura da soja passou a ser uma cultura comercial. Entretanto, seu maior uso ainda continuava sendo o consumo animal. Porém, os excedentes da produção permitiram na década de 1950, a instalação de indústrias esmagadoras, que passaram a produzir farelo para rações e óleo para consumo humano.

A partir de 1962 a soja passou a ser produzida em consórcio com o trigo como uma espécie de colchão amortecedor da instabilidade que estava sujeita a lavoura tritricola, levando-a a um processo de mecanização acelerado e ao uso de insumos modernos.

Assim, a cultura da soja potencializou a instalação e a ampliação de empresas trituradoras, permitindo a constituição de um moderno parque esmagador da oleaginosa, fortemente marcado pelo capital estrangeiro especializado na comercialização internacional do produto in natura e processado. Trata-se de uma manifestação do processo de concorrência intercapitalista em nível mundial, algo bastante distinto do complexo produtor de açúcar.

O autor comparou os graus de concentração da produção, com as estruturas latifundiária. Observou que a produção açucareira foi a que concentrou a maior quantidade de terra (acima de 100ha) e portanto, era uma produção conservadora, quando relacionada com a de laranja e soja.

Evidentemente, que isso ocorreu em virtude do conflito existente entre fornecedores e usineiros, que data deste a implantação dos Engenhos centrais no Brasil. Porque, como já dissemos, o engenho central excluiu o senhor-de- engenho e, transformou em fornecedor de cana. Situação não aceita pelo proprietário de terra e escravo, que se sentiu alijado na sua condição social.

Entender com o produção agrícola estava vinculado à produção industrial e a sua transformação.

Pedro Ramos acompanhou o processo de transformação ocorrido no setor agrícola brasileiro, buscando compreender a sua evolução e a sua interação no processo sócio econômico do nosso país, conclui que a concentração grande propriedade fundiária no Estado de Pernambuco manutenção do poder político nas mãos dos mesmos e para a permanência do patriarcalismo e do mandonismo local, em detrimento de setor industrial.

Com a II Guerra Mundial o mercado de São Paulo, deixou de ser abastecido, devido à expansão da demanda externa pelo açúcar brasileiro e conseqüente interno.

Além da maior procura, o conflito mundial provocou a desorganização da produção do açúcar de beterraba na Europa Central, recebendo, o Brasil pedidos de açúcar dos seguintes países: Finlândia, Turquia, França, Itália, Iraque, Uruguai e Chile.

Faz-se necessário salientar que através da Lei 178, a das usinas foi limitado, inviabilizando a atendimento do mercado externo, porque o referido decreto obrigava as usinas a receberem canas de fornecedores em quantidade correspondente à média de seu fornecimento no quinquênio. Entretanto, os fornecedores em quantidade correspondente à média de seu fornecedores não tinham capital suficiente para aumentar e ampliar suas safras de cana.

Desta forma, os engenhos de São Paulo puderam se transformar em usinas rapidamente,

que segundo Pedro Ramos ocorreu porque “a produção pernambucana havia sido engessada pela ação estatal”.

Por outro lado a industrialização permitiu a ampliação da produção de equipamentos, diversificando o setor industrial no nosso estado.

Ao contrário do Nordeste açucareiro, o açúcar produzido em São Paulo visava abastecer o mercado: interno, o que livrou os usineiros das oscilações cambiais e os transformou em industriais e não em proprietários fundiários.

Pedro Ramos demonstrou de maneira didática como a produção açucareira de Pernambuco cedeu lugar para a de São Paulo, entre 1930 e 1960, desconsiderando a mentalidade dos usineiros como fator preponderante na gestão dos negócios e, na modernização do parque açucareiro nordestino.

**Zóia Vilar Campos**

Doutora em História Econômica pela USP -  
Universidade de São Paulo e  
Pró-Reitora Acadêmica da UniABC -  
Universidade do Grande ABC.